Diálogo do Uso do Solo na Área de Endemismo Belém

Oficina de Finalização - Resumo das Colideranças

25 de novembro de 2024, presencial

Danielle Celentano, Fernanda Rodrigues, Francisco Rollo, Karoline Ruiz Ferreira, Luis Barbosa, Marlucia Martins, Milton Kanashiro e Wander Antunes
(Representantes do grupo consultivo presentes durante a Oficina de Finalização)

Introdução

O Diálogo do Uso do Solo, abreviado como LUD (que vem do inglês *Land Use Dialogue*) é uma iniciativa que objetiva a participação de múltiplas partes interessadas para reunir conhecimentos e liderar processos que possibilitem negócios responsáveis, melhorem a governança e desenvolvimento inclusivo em paisagens relevantes.

O LUD já contou com várias edições ao redor do mundo, como no Brasil, Gana, Uganda, República Democrática do Congo e Tanzânia. No Brasil, foi realizado em 2016 na região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina e atualmente existem quatro iniciativas em andamento no país e duas recentemente finalizadas.

Na fase de Diálogo, são três estágios da iniciativa como um todo:

- Diálogo de Escopo;
- Diálogos de Campo; e
- Oficina de Finalização.

Dentre os principais resultados esperados, estão:

- Construção de um ambiente de diálogo entre as lideranças locais;
- Promoção do engajamento das múltiplas partes interessadas, incluindo tomadores de decisão;
- Criação de um ambiente propício para criação e/ou fomento de plataformas lideradas por atores locais (fóruns, alianças, coalizões, etc.); e
- Impacto em políticas públicas locais e regionais.

A paisagem escolhida para o Diálogo do Uso do Solo na Amazônia compreende a Área de Endemismo Belém (AEB), uma área de 243.000 km², localizado no leste do Pará e oeste do Maranhão, contemplando 147 municípios (62 no PA e 85 no MA). A AEB tem 42 Unidades de Conservação[1] e 17 Terras Indígenas, no qual 14 estão regularizadas. Isso representa 34.209,97 km²[2] de áreas protegidas (14,08% na área). A AEB é uma área prioritária para conservação e restauração na Amazônia por ser de grande relevância para a conservação biológica, além de ser fundamental para 6 milhões de pessoas que vivem na região.

A AEB já perdeu 70% de suas florestas e enfrenta sérios desafios socioeconômicos. Um estudo coordenado pela Aliança pela Restauração na Amazônia indicou que 3 milhões de hectares da região têm altas ou muito altas oportunidades de restauração. O passivo ambiental da AEB no Código Florestal pode chegar a 10 milhões de hectares (Lei 12.651/2012), 20% em Áreas de Preservação Permanente (APP) e 80% em áreas de Reserva Legal (RL) onde é possível restaurar e gerar benefícios socioeconômicos diretos.

O grande desafio na região da Área de Endemismo Belém é desenvolver maneiras de utilizar, sem destruir o valioso capital natural ainda restante, restaurar áreas estratégicas para a manutenção dos serviços ecossistêmicos importantes para a região e inovar com atividades produtivas capazes de gerar oportunidades de trabalho e renda para a população local. Os quase 150 municípios do Pará e Maranhão que compõem essa região são caracterizados por baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e altos Índices de Desigualdade (Gini). Portanto, os desafios são imensos no que diz respeito à necessidade do desenvolvimento de atividades produtivas que aliem a proteção e a recuperação do capital natural às demandas socioeconômicas da população local.

Retrospectiva dos principais resultados das etapas anteriores

Pelo contexto apresentado acima e detalhado na nota conceitual, a área descrita foi escolhida como estudo de caso para o primeiro Diálogo do Uso do Solo da Amazônia.

A primeira etapa - Diálogo de Escopo - foi realizada presencialmente nos dias 20 e 21 de agosto de 2019 em Belém-PA. Como resultado desta etapa foi gerado um resumo das colideranças, onde estão os cinco desafios classificados em ordem de prioridade para a paisagem:

1. Superar o déficit de informações e estudos sobre a realidade local que permitiriam o aperfeiçoamento do processo de proposição e qualificariam o debate;
2. Atender a alta demanda para manejo florestal comunitário e familiar (tema que deve ser qualificado);
3. Estabelecer redes de discussão;
4. Conciliar o conflito entre a produção de commodities x produção familiar; e
5. Combater as atividades ilegais.

[1] Seis Áreas de Proteção Ambiental, duas Áreas de Relevante Interesse Ecológico, um Monumento Natural, um Parque Estadual, dois Parques Naturais, três Refúgios de Vida Silvestre, uma Reserva Biológica, uma Reserva do Desenvolvimento Sustentável, 20 Reservas Extrativistas e cinco Reservas Particulares do Patrimônio Natural.
[2] A área não representa o tamanho total de todas as Unidades de Conservação, apenas a área que está nos limites da Área de Endemismo Belém.

Já entre as principais oportunidades foram elencadas:

1. Possibilidade de estabelecimento de uma Agenda da recuperação/restauração florestal, que contempla tanto o cumprimento do Código Florestal (APP e RL) quanto oportunidades para desenvolvimento de cadeias produtivas relacionadas à recuperação da vegetação nativa e manejo florestal;
2. A implementação dos instrumentos previstos no Código Florestal, tais como validação do Cadastro Ambiental Rural, Cotas de Reserva Ambiental e pagamentos por serviços ambientais que são dependentes da resolução dos conflitos agrários; e
3. A oportunidade de estabelecer mecanismos de governança no território, construção de políticas públicas/privadas.

Na segunda etapa, durante os Diálogos de Campos no Mosaico Gurupi e em Tomé-Açu, visitas foram realizadas para validar os desafios prioritários relacionados à paisagem. Como principal resultado foram construídas duas visões de paisagem sustentável e próspera para 10 anos, uma em cada contexto regional. E para concretizar essas visões da paisagem, os participantes pensaram em ações relevantes que poderiam ser realizadas, as quais foram priorizadas, para cada região onde foi realizado o diálogo.

Mosaico Gurupi

1) Financiamento (crédito, Pagamento por Serviços Ambientais, outros recursos);

2) Restauração Florestal; e

3) Garantir o cumprimento da Lei.

Tomé-Açu

1) Ações de sucessão familiar na agricultura local e capacitação de jovens;

2) Promoção da regularização fundiária e segurança jurídica no agro paraense (governo do estado, ONGs, empresas e produtores);

3) Políticas públicas para mulheres rurais;

4) Projeto de restauração ecológica para recuperar os fragmentos de floresta nativa; e

5) Projeto de fomento para adequação ambiental.

Oficina de Finalização

A Fase de Mudança é a etapa final do LUD, onde o foco é continuar o diálogo, mobilizar ação e realizar monitoramento e avaliação adaptativos. É o momento de implementar as visões e estratégias definidas nas fases anteriores da iniciativa.

A Oficina de Finalização do LUD na Amazônia foi realizada no dia 25 de novembro de 2024, em Belém (PA), tendo como objetivos:

- Entender como as ações prioritárias identificadas estão sendo implementadas para concretização da visão de paisagem construída na etapa de diálogo de campo;
- Discutir e desenvolver estratégias concretas, estabelecer metas, identificar recursos necessários e definir responsabilidades (plano de ação); e
- Promover o monitoramento e avaliação adaptativos, garantindo que o processo seja transparente, motivado pelas partes interessadas e sensível a mudanças.

Após compilar as experiências adquiridas nas etapas anteriores a fase final é o momento de gerar os resultados definidos pelos participantes e apontar caminhos para avanço na paisagem.

Visão de Paisagem consolidada

Trabalhando em grupo, as duas visões de paisagem definidas na etapa do Diálogo de Campo, foram unificadas para consolidar uma visão única de paisagem futura sustentável para a Área de Endemismo Belém:

"Território pluricultural e resiliente, com ênfase na saúde única, no bem-estar das comunidades e na proteção da vida. Políticas Públicas estruturantes de ordenação territorial estão implementadas nos níveis municipal, estadual e federal. A diversidade biológica e sociocultural está conservada, os ecossistemas restaurados e as práticas sustentáveis fortalecem a conectividade da paisagem. A cooperação entre os atores locais, a gestão integrada e a governança garantem a divisão justa dos benefícios, com pagamentos por serviços ambientais e recursos acessíveis, assegurando atenção especial aos povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares. Segurança alimentar, fundiária e jurídica, geração inclusiva de renda, participação e autonomia comunitária se consolidam, junto com educação ambiental e comunicação social fortalecidas."

Soluções, estratégias e prioridades

Ações e estratégias foram pensadas para concretizar a visão de paisagem. Os participantes listaram o que poderia ser mais relevante, e em seguida votaram em ações consideradas prioridades, sendo seis ações mais votadas:

1) **Estratégia de prevenção e combate ao fogo**: fortalecer recursos de prevenção e combate (material, treinamento, recursos humanos);
2) **Educação ambiental na prática**: Programa de Educação Ambiental da Amazônia Maranhense, Oficinas, treinamentos para Sensibilização da população para questões do fogo, restauração, conservação;
3) **Segurança hídrica**: restauração com maior atenção às Áreas de Preservação Permanentes (APPs), barraginhas em áreas aptas para captação de água da chuva, sensibilização para a não construção e monitoramento de pontes sobre riachos/igarapés;
4) **Comunicação responsável e inclusiva**: Melhoria da linguagem e conteúdo para a sociedade e diferentes níveis sociais - estabelecendo parcerias e colaborações entre as mídias e instituições que realizam as ações e geram dados;
5) **Regularização Fundiária**: sistema de informação fundiária para cruzar dados do ITERPA,

INCRA e cartórios; e

6) **Implementação da Lei do Babaçu Livre nos municípios**: Informação a respeito da Lei/ Comunicação dos municípios que tem quebradeiras de Babaçu.

Além dessas seis ações prioritárias, as ações a seguir também foram consideradas relevantes:

- Estratégias e recursos para combater eventos climáticos extremos (fogo/enchente): construir capacidades e infraestrutura para combater e mitigar;
- Acesso a financiamento e incentivos: avançar na regularização fundiária e ambiental;
- Fomentar cadeias de produtos da sociobiodiversidade com investimentos, capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural Inclusiva (ATERI), infraestrutura;
- Elaboração de um Plano integrado de ações;
- Formação adequada para técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural e reciclagem, fomento à contratação de mais técnicos;
- Projetos que fomentem ações de restauração e incluem restauração, criação de um Observatório da ATER para monitoramento da efetividade;
- Ordenamento territorial: revisão/atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) com criação de uma comissão pública interestadual para destinação de terras e florestas com ampla participação da sociedade;
- Ampliação de estudos sobre diversidade de espécies para restauração;
- Implementação de farmácias populares e uso de fitoterápicos: fortalecimento dos núcleos de pesquisa e parcerias com os Institutos de Ciências e Tecnologia (ICTs);
- Regularização ambiental: usar recursos de compensação ambiental para incentivar projetos de restauração;
- Criar Rede de Sementes do AEB: identificar comunidades interessadas, e suas áreas de coleta, identificar mercado para prospecção. Identificar a demanda de restauração para garantir sustentabilidade do negócio;
- Mapeamento das instituições que atuam na região; e
- Trabalhar com a economia solidária para valorizar o trabalho de povos e comunidades tradicionais e agricultura familiar.

Trabalhos em grupo e construção do Plano de Ação

Foi discutido **o que já está sendo feito de positivo** e **o que mais precisará ser feito** no contexto das ações estratégicas prioritárias. Considerando o que precisa ser feito, após discussão, foi criado um Plano de Ação onde foram definidas estratégias concretas e **prioritárias** para alcançar a visão de paisagem. Os participantes da Oficina consideram que as parcerias e o apoio de instituições serão fundamentais para o sucesso dessas estratégias. O plano de ação descreve como fazer, os responsáveis e quem pode apoiar essas estratégias para que se obtenha sucesso.

O quadro abaixo mostra o trabalho construído durante a oficina, fruto dos trabalhos em grupo:

O que precisa ser feito	Temática	Estratégias concretas e prioritárias para alcançar a visão da paisagem	Responsabilidades / Quem pode apoiar
Segurança hídrica (barraginhas)	Água	Compilação e análise de dados de monitoramento de recursos hídricos	Suzano, grandes empresas, Agência Nacional de Água (ANA), MAPBiomas Água, CPRM, Conexão águas (MPF), Conselhos/Comitês de Bacias Hidrográficas
		Restauração com maior atenção às APPs, barraginhas em áreas aptas para captação de água da chuva, sensibilização para a não construção e monitoramento pontes sobre riachos/igarapés	Projeto PAGES (MA), CI, Suzano, Embrapa (projeto em rede), GEF8, Restaura Amazônia, BNDES, MST, Fundo Vale, iniciativa privada e parceiros
Fomentar ações de Ciência, Tecnologia e Inovação	Ciência, Tecnologia e Informação	Ampliação de estudos sobre diversidade de espécies para restauração	Universidade UEMA, UFMA, UFPA, UFRA, IFMA, IFPA, UEPA, FAPESPA e FAPEMA, MPEG, Embrapa, CNPq, CAPES
		Estudo de bacias hidrográficas da região, qualidade de água, meteorologia	Suzano e empresas para fins de licenciamento
		Dados do lençol freático e dados climáticos obtidos a partir de satélites meteorológicos para se obter o balanço hídrico em escala temporal	IMAZON
		Fomento a formação de startups de bioeconomia	Fundo Vale, Sistema S, FAPs
Alinhamento na comunicação dos diferentes órgãos	Comunicação	Elaboração de material informativo sobre as regiões, promoção de reuniões/oficinas entre eles, a nível governamental que atua no AEB	Diálogo, Fórum, Aliança, Secretaria Executiva do Mosaico Gurupi
Comunicação responsável e inclusiva	Comunicação	Melhoria da linguagem e conteúdo para a sociedade e diferentes níveis sociais - estabelecendo parcerias e colaborações entre as mídias e instituições que realizam as ações, geram dados	Instituições de ensino e pesquisa, mídia em geral, rádio comunitária
Educação ambiental na prática	Educação Ambiental	Programa de Educação Ambiental da Amazônia Maranhense, Oficinas, treinamentos para Sensibilização da população para questões do fogo, restauração, conservação	IBAMA e parceiros, Comissão interinstitucional de Educação Ambiental (SEMAS)

O que precisa ser feito	Temática	Estratégias concretas e prioritárias para alcançar a visão da paisagem	Responsabilidades / Quem pode apoiar
ATER (inclusiva)	Extensão Rural	Formação adequada para técnicos de ATER e reciclagem, fomento à contratação de mais técnicos; projetos que fomentem ações de restauração e incluem restauração; criação de um Observatório da ATER para monitoramento da efetividade	Secretarias de meio ambiente, Secretaria da Agricultura Familiar PNUD, IPAM, CI, CIFOR-ICRAF, TNC, EMATER, Suzano, Universidade no projeto, ANATER, FUNAI
Capacitações comunitárias	Formação	Fortalecimento Escola Rural, Casa Familiar Rural	Estado, Universidades, ONG, Institutos tecnológicos
Capacitações	Formação	Capacitações de restauração, viveiros	Aliança, CI, Amazon e Itaú, Universidade
Mão-de-obra qualificada	Formação	Formação de empresas, cooperativas, associações especializadas no âmbito técnico e gerencial em restauração	OCB, Sistema S, órgãos de governo
União das esferas de poder para conservação do AEB	Governança integrada	Mapeamento das instituições que atuam na região; sensibilização das instituições pro engajamento; Viabilizar ACT e Financeiro (convênios e termos de fomento); elaboração de um Plano integrado de ações	MMA, ICMBio, SEMAs
Estratégias de prevenção e combate ao fogo	Fogo	Fortalecer recursos de prevenção e combate (material, treinamento, recursos humanos)	Consórcio institucional do poder público das esferas municipal, estadual e federal e entidades privadas e da sociedade civil
Regularização fundiária	Fundiária	Sistema de informação fundiária para cruzar dados do ITERPA, INCRA e cartórios; fortalecer ITERPA com recursos humanos e financeiros	Setor privado, MP, Tribunal de Justiça, Universidades
Ordenamento territorial	Fundiária	Revisão/atualização do ZEE com criação de uma comissão pública interestadual para destinação de terras e florestas com ampla participação da sociedade	Estado e MPF
Conectar demanda / oferta	Mercado	Inserir atores locais no Redário e Rede de Viveiros	Aliança pela Restauração na Amazônia; Estado

O que precisa ser feito	Temática	Estratégias concretas e prioritárias para alcançar a visão da paisagem	Responsabilidades / Quem pode apoiar
Incentivo à economia da sociobiodiversidade	Mercado	Promover espaços de fomento a negócios sustentáveis; incentivar selos e certificação de produtos para tornar mais competitivos e alcançar novos mercados com agregação de valor	SEBRAE
Estratégias e recursos para combater eventos climáticos extremos (fogo / enchente)	Mudanças climáticas	Construir capacidades e infraestrutura para combater e mitigar; formação de comitês para articulação local (comunicação) com brigadas e capacidade de resposta rápida; trabalhar prevenção	Ibama, ICMBio, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil
Projetos de restauração	Restauração	Trabalhar pactos nas comunidades e com atores locais de interesse; restauração de APPs; comunicação efetiva e educação ambiental (rádios locais)	Aliança pela Restauração na Amazônia
Criar Rede de Sementes do AEB	Restauração	Identificar comunidades interessadas, e suas áreas de coleta, identificar mercado para prospecção; identificar a demanda de restauração para garantir sustentabilidade do negócio	Associações locais, instituições de pesquisa e ensino, ISA e ISPN
Regularização ambiental	Restauração	Usar recursos de compensação ambiental para incentivar projetos de restauração	Estado e sociedade civil
Implementação da Lei do Babaçu Livre nos municípios	Legislação	Informação a respeito da Lei\ comunicação dos municípios que tem quebradeiras de Babaçu; implementação	MIQCB, Associações locais, Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Programa de Cartografia social da UEMA, Sema
Aumentar parcerias público-privadas	Parcerias	Fundos de paridades (contrapartida) aumentar o capital e dividir os riscos Criação de fundos - RPPN - Compartilhamento de dados - Estruturação de cadeias - Monitoramento e prevenção de incêndios integrados	Suzano Fundo Vale Instituição de ensino e pesquisa ICMBIO Corpo de bombeiro Empresas de restauração (ex. Mombak, Re-green)
Fortalecer e ampliar organizações e parcerias	Parcerias	Fomentar a criação de brigadas comunitárias; chamadas de pequenos projetos (microprojetos ex. para pessoas físicas: valor pequeno)	Coletivos (exemplo: Fórum, Aliança, etc.) ICRAF ISPN Embaixada do Japão (ex. subsídios para Tomé-Açu)

O que precisa ser feito	Temática	Estratégias concretas e prioritárias para alcançar a visão da paisagem	Responsabilidades / Quem pode apoiar
Implementar políticas públicas em Terras Indígenas (ex. Terra Indígena Alto Rio Guamá)	Políticas Públicas	Mecanismos formais das esferas de poder para atender as TIs (ex. estado e município deixa a demanda para a esfera federal); fortalece a governança povos indígenas, por meio das associações (ex. formação instituições de ensino e pesquisa)	Ministério Público Ministério dos Povos Indígenas Secretaria Estadual Indígena Funai Governos estaduais e municipais
Avaliar possibilidades de apoio para a consolidação do Mosaico Gurupi (corredor)	Políticas Públicas	Facilitar a comunicação dos municípios com o governo Federal (Corredor)	Ministério do Meio Ambiente (MMA) IdeflorBio SEMA Secretarias de Estado
Aumento da incidência política para atuação na conservação do AEB-Belém	Políticas Públicas	Criação do Conselho do AEB-Belém; implantação das políticas de adequação ambiental; políticas de educação ambiental/sensibilização ampliar comunicação	Instituição de ensino e pesquisa ATER Sociedade civil Secretarias ambientais
Atingir desmatamento ilegal zero / reduzir desmatamento legal / evitar degradação	Políticas Públicas	Implementar projetos de REED+ em grupos; articular com o Ministro, com o Ministério Público (Consórcio entre os diferentes atores dentro do mosaico); implantação de sistemas agroflorestais (exemplo de práticas sustentáveis); implementação da Lei	Ambipar Biofílica Ministério Público MMA-Secretaria de biodiversidade SEMA
Implementação de políticas públicas e programas	Políticas Públicas	Usar recursos de compensação de licenciamentos; consórcio (demanda); articulação com os parlamentos (políticos locais); articulação entre os coletivos	Ministério Público
Promover ações de incentivo à transição agroecológica e agroflorestal	Políticas Públicas	Capacitação; incentivos financeiros	Instituições de ensino e pesquisa Sociedade civil organizada Implementação efetiva do PSA para a AEB
Acesso a financiamento e incentivos	Recursos	Avançar na regularização fundiária e ambiental; fomento para incentivar cooperativas e grupos coletivos (Bioeconomia)	Órgãos de ambiente, INCRA, Institutos de Terras Estaduais

O que precisa ser feito	Temática	Estratégias concretas e prioritárias para alcançar a visão da paisagem	Responsabilidades / Quem pode apoiar
Implementação de farmácias populares e uso de fitoterápicos	Saúde	Capacitação das comunidades; ATER-Inclusiva; fortalecimento dos núcleos de pesquisa; parcerias com os ICTs	SUS Fiocruz Anvisa Secretarias UEMA UFMA IFMA IFPA UFPA UEPA EMBRAPA Museu Goeldi Instituto Evandro Chagas

Lista de Siglas na próxima página.

A criação de um Plano de Proteção das Terras Indígenas e Unidades de Conservação, monitoramento e avaliação participativa foi citado como o que precisa ser feito, no entanto, não foram sugeridas as estratégias e responsabilidades.

A Estruturação de organizações locais (cadeias), Escola Famílias Agrícolas, Casa Familiar Rural também foi citado como o que precisa ser feito. E Fomentar as cadeias de produtos da sociobiodiversidade com investimentos, capacitação, ATERI, infraestrutura, trabalhar com a economia solidária para valorizar o trabalho de povos e comunidades tradicionais e agricultura familiar; e com economia florestal, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias foram as estratégias apontadas para alcançar essa ação.

Próximos Passos

- Definir espaços para manter o Diálogo;
- Olhar cada um dos tópicos e criar indicadores;
- Divulgar o relatório desta oficina para atores relevantes, pois pode ajudar a direcionar ações do mosaico, e o trabalho de outras organizações, inclusive o poder público;
- Definir como se pode monitorar a implementação das ações definidas, em linha com as outras iniciativas do Diálogo do Uso do Solo;
- Identificar ações de apoio para consolidação do Mosaico Gurupi;
- Sugestão do Fórum Florestal da Amazônia ser o espaço de monitoramento dos encaminhamentos da iniciativa, apoiando a articulação junto aos governos e demais partes interessadas.

Lista de Siglas

AEB – Área de Endemismo Belém

ACT – Acordo de Cooperação Técnica

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APP - Área de Preservação Permanente

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATERI – Assistência Técnica e Extensão Rural Inclusiva

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CI – Conservação Internacional

CIFOR-ICRAF – Center for International Forestry Research and World Agroforestry

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

FAP - Fundação de Amparo à Pesquisa

Funai - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GEF8 – Global Environment Facility – 8ª Reunião

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICTs – Instituições de Ciência e Tecnologia

IDEFLOR-Bio – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará

IFMA – Instituto Federal do Maranhão

IFPA – Instituto Federal do Pará

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

ISA – Instituto Socioambiental

ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

MAPBiomas – Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

MP – Ministério Público

MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

ONG - Organização Não Governamental

PAGES - Projeto Amazônico de Gestão Sustentável

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

REED+ – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal + conservação e manejo sustentável

RL - Reserva Legal

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SEMAS – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade

SUS – Sistema Único de Saúde

TI - Terra indígena

TNC – The Nature Conservancy

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UEPA – Universidade do Estado do Pará

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

Agenda da Oficina

25 de novembro

08:30 Boas-vindas e apresentações - Karoline Ruiz Ferreira

09:00 Perspectiva internacional: Sobre o DF e LUD Brasil - Fernanda Rodrigues.

09:30 Apresentação sobre os antecedentes do LUD, perspectiva nacional e internacional - Fernanda Rodrigues.

- visão de paisagem
- ações prioritárias definidas
- trabalhos em grupos: - Qual a visão de paisagem para a Área de Endemismo Belém?

10:20 Intervalo

10:40 Discussão em grupos

- O que já está sendo feito de positivo no contexto das ações estratégicas prioritárias?
- O que mais precisa ser feito para concretizarmos estas ações e a visão da paisagem?
- Apresentação dos grupos de discussão

12:00 Almoço

13:30 Definição de estratégias concretas e prioritárias para alcançar a visão de paisagem

14:30 Construção do Plano de Ação. Com base nas estratégias priorizadas, definir:

- Metas
- Identificar recursos necessários
- Responsabilidades

15:30 Intervalo

15:50 Como vamos monitorar os avanços e próximos passos

17:20 Encerramento

A coordenação geral e facilitação ficou por conta de Karoline Ruiz (Fórum Florestal da Amazônia) e Fernanda Rodrigues (Diálogo Florestal).

Apoio Financeiro:

Lista de Participantes

Salientamos que a participação em todas as etapas do Diálogo do Uso do Solo pode ser realizada enquanto pessoa física, e não necessariamente representa o posicionamento da instituição à qual a pessoa está vinculada profissionalmente.

Representante	Instituição
Amanda Paiva Quaresma	Aliança Pela Restauração na Amazônia
Antônio Jorge Brandão Correia	Agropalma
Andreia C. B. Pinto	Imazon
Barbara Pereira da Silva	Coopeafe - Pindowa
Claudia Kahwage	IDEFLOR-BIO
Danielle Celentano	ISA/Aliança
Fernanda Rodrigues	Diálogo Florestal
Francisco Rollo	Suzano
Gilvânia Ferreira da Silva	MST
Gisele Odete de Souza	Natura
Joecemara Avelino	C.F.R Padre Josino
Karol Marques	WWF Brasil
Karoline Ruiz Ferreira	Fórum Florestal da Amazônia
Luís Barbora	Conservação Internacional Brasil
Marco Túlio Farias Filho	Suzano
Marlucia Martins	Museu Goeldi
Maria Braga	IDEFLOR-BIO
Michinori Kanogano	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açu-CAMTA
Milton Kanashiro	Embrapa Amazônia Oriental
Osvaldo Kato	Embrapa Amazônia Oriental
Robert Miller	Instituto Sociedade População e Natureza-ISPN
Samia Nunes	Instituto Tecnológico Vale/Aliança
Tarcísio Feitosa	sociedade civil
Viviane Figueiredo Souza	Conservação Internacional
Wander Antunes	Agropalma
Wiririhu Tembé	T.A.E.R.G

Registros Fotográficos